



COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

ACTA NÚMERO 12/XII/ 1.ª SL

Aos trinta e um dias do mês de Janeiro de 2012, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAPF), na sala 1, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem de trabalhos:

14:30H - Audição da CAP – Confederação de Agricultores de Portugal, com o objetivo de recolher contributos e analisar matérias relativas às reformas estruturais, que se inserem no programa de assistência financeira a Portugal.

16:30H - Audição da UGT – União Geral de Trabalhadores, com o objetivo de recolher contributos e analisar matérias relativas às reformas estruturais, que se inserem no programa de assistência financeira a Portugal.

18:30H - Audição da CTP – Confederação do Turismo Português, com o objetivo de recolher contributos e analisar matérias relativas às reformas estruturais, que se inserem no programa de assistência financeira a Portugal.

14:30H - Audição da CAP – Confederação de Agricultores de Portugal

Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente da CEAMPAPF deu as boas vindas ao Senhor Presidente da CAP e respetiva comitiva, informando sobre o objetivo da audição e esclarecendo sobre a grelha de tempos a ser utilizada.



COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

A grelha de tempos seria de uma intervenção inicial da CAP de quinze minutos, seguida de perguntas, com a duração de sete minutos, por grupo parlamentar, e uma resposta global da CAP à totalidade das questões colocadas.

O Senhor João Machado, Presidente da CAP, referiu-se, na intervenção inicial, às matérias contidas no acordo assinado em concertação laboral, determinadas pelo programa de assistência financeira, designadamente, a legislação laboral, o legislação sobre o subsídio de desemprego e políticas ativas de emprego, manifestou a sua opinião relativamente às reformas estruturais, salientando a área da “Justiça” como a mais relevante, face ao impacto em todos os sectores de atividade e expressou os seus pontos de vista relativamente aos seguintes temas: O regime de tributação dos imóveis no contexto da atividade agrícola; O papel da administração pública na aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) e que deveria passar por uma ação mais expedita, beneficiando os agricultores portugueses e que evitasse a recorrência da aplicação de multas a Portugal; a profissionalização e especialização dos funcionários da administração pública, concretamente, nas fases de controlo e pagamento; O papel do Estado no equilíbrio de forças em toda a cadeia de mercado, devendo assegurar uma concorrência mais proporcional; E, por último, relativamente ao financiamento, salientou a especificidade do investimento agrícola, que sendo de médio e longo prazo, é de difícil ajuste a créditos concedidos de curto prazo.

Seguiu-se a fase de perguntas, durante a qual usaram da palavra os seguintes Deputados: Pedro Lynce (PSD), Miguel Freitas (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e João Semedo (BE).

O Senhor Presidente da CAP respondeu às questões formuladas pelos Senhores Deputados, merecendo referir que o Senhor Secretário Geral da CAP, Eng. Luís Mira, prestou, ainda, alguns esclarecimentos específicos sobre o financiamento e a racionalização da utilização de verbas.



COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

16:30H - Audição da UGT – União Geral de Trabalhadores

Dando início à audição o Senhor Presidente da CEAMPAFP deu as boas vindas aos Senhores Presidente e Secretário-geral da UGT, informando sobre o objetivo da audição e esclarecendo sobre a grelha de tempos a ser utilizada.

A grelha de tempos seria de uma intervenção inicial da UGT de quinze minutos, seguida de perguntas, com a duração de sete minutos, por grupo parlamentar, e uma resposta global da UGT à totalidade das questões colocadas.

O Senhor Eng. João Proença, Secretário-geral da UGT, na sua intervenção inicial deu a sua opinião relativamente ao memorando de entendimento, considerando-o mais direcionado para a austeridade do que para o crescimento e para o emprego, sendo que o mesmo deveria ser cumprido sem fundamentalismos, concluindo que o documento não se refere ao financiamento das empresas mas unicamente ao financiamento dos bancos.

Continuando a sua intervenção, referiu-se ainda aos seguintes assuntos: À ineficiência da aplicação de multas, por parte da Autoridade da Concorrência, que prescrevem sem que sejam pagas; O desacordo da UGT no tocante às privatizações, que atestam o pendor ideológico do FMI; E, por último, que o aumento da competitividade se deve fazer através do combate à economia clandestina, não constituindo, o custo do trabalho, o fator único de competitividade. Quanto às condições do memorando, objeto de negociação, salientou que o acordo foi determinante de melhores condições criadas para os trabalhadores, sendo que esta circunstância poderá ser bem visível através da observação do mapa comparativo, elaborado pela UGT, e, que reflete a situação prévia e pós acordo de negociação.

Seguiu-se a fase de perguntas, durante a qual usaram da palavra os/as seguintes Deputados/as: Clara Marques Mendes (PSD), Fernando Medina (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e João Semedo (BE).



COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

O Secretário-Geral da UGT, Eng. João Proença, respondeu às questões formuladas pelos Senhores/as Deputados/as, merecendo referir, ter sublinhado que no seu entender a conflitualidade social cria o ambiente necessário ao prejuízo dos trabalhadores e que se a UGT se sentir “empurrada” para uma situação dessa natureza, ficarão claros quais os responsáveis por essa ocorrência e concluindo sugeriu, aos Senhores/as Deputados/as, a leitura do acordo assinado entre os patrões e os sindicatos espanhóis.

18:15H – Audição da CTP – Confederação do Turismo Português

Dando início à audição o Senhor Presidente da CEAMPAPF deu as boas vindas ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Confederação do Turismo Português, Eng. José Carlos Pinto Coelho e à Senhora Presidente do Conselho Executivo, Dra. Adília Lisboa, informando sobre o objetivo da audição e esclarecendo sobre a grelha de tempos a ser utilizada.

A grelha de tempos seria de uma intervenção inicial da CTP de quinze minutos, seguida de perguntas, com a duração de sete minutos, por grupo parlamentar, e uma resposta global da CTP à totalidade das questões colocadas.

O Senhor Eng. José Carlo Pinto Coelho, Presidente do Conselho Diretivo da CTP, na sua intervenção inicial exprimiu a sua opinião relativamente às reformas estruturais, dizendo que estas deveriam ter sido iniciadas há muito, dado que desde o ano 2000 que se verificava que o sistema português não estava à altura do sistema europeu. Referiu-se ao crescimento do PIB de 2,6% em 2006, que rapidamente se constatou não ser sustentado.

Durante a sua exposição, referiu-se à melhoria da qualidade dos recursos humanos e à responsabilidade dos dirigentes como fatores condicionantes da competitividade da economia portuguesa. Continuando, afirmou que, na sua opinião, a opção do Governo de aumentar o IVA na restauração e no golfe, constituiu uma medida verdadeiramente prejudicial ao sector do turismo. Por último referiu-se à relevância da urgente reorganização do sistema financeiro de modo a que possa ser acelerado o financiamento das empresas.



COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

Seguiu-se a fase de perguntas, durante a qual usaram da palavra os seguintes Deputados: Nuno Reis (PSD), Miguel Freitas (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) e João Ramos (PCP).

O Presidente do Conselho Diretivo da CTP, Eng. José Carlos Pinto Coelho, respondeu às questões formuladas pelos Senhores Deputados, sublinhando: a necessidade de formação, flexibilização e rotação de pessoas; a indispensabilidade da chegada de pessoas a Portugal a um preço menor que o preço de outros países nossos concorrentes e a reformulação dos projetos de turismo, salientando, designadamente, o desenvolvimento do turismo nas cidades e o turismo no Algarve todo o ano.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo, encontrando-se o respetivo registo disponível para consulta na página Internet do Parlamento.

A reunião foi encerrada às dezanove horas e vinte e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de Fevereiro de 2012.

O Presidente

(Vieira da Silva)



COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Basílio Horta
Carlos Abreu Amorim
Clara Marques Mendes
Duarte Pacheco
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
João Semedo
Luís Leite Ramos
Maria José Castelo Branco
Miguel Frasquilho
Miguel Freitas
Miguel Tiago
Nuno Reis
Paulo Batista Santos
Pedro Jesus Marques
Pedro Pinto
Vieira da Silva
Vitalino Canas
Ana Sofia Bettencourt
João Galamba
João Pinho de Almeida
João Ramos
Luís Menezes
Odete Silva
Pedro Lynce

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Teresa Anjinho